

# O ENSINO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

*The psychological assessment teaching in higher education institutions of Ceará*

*La enseñanza de la evaluación psicológica en las instituciones de enseñanza superior de Ceará*

Lucila Moraes Cardoso  
Gabriel Vitor Acioly Gomes  
Universidade Estadual do Ceará

---

## Resumo

A Avaliação Psicológica é a única área de atuação restrita ao psicólogo. Em vista de sua importância para a Psicologia, neste trabalho objetivou-se investigar a compreensão de professores de Avaliação Psicológica sobre questões relacionadas ao ensino da área em cursos de Psicologia das Instituições de Ensino Superior do Ceará. Foi feito contato com os coordenadores das 10 instituições com o curso de Psicologia reconhecido pelo Ministério da Educação. Foi obtida autorização para realizar a pesquisa em oito (80%) e conseguiu-se contato com 14 professores. Para coleta de dados, utilizou-se um questionário respondido pelos professores. Constatou-se que 42,85% dos professores eram doutores e 76,90% definiram avaliação psicológica como um processo científico/de conhecimento. Todos os professores indicaram a importância das qualidades psicométricas dos testes como requisito mínimo para serem autorizados para o uso. A pesquisa possibilitou ter um panorama parcial do ensino e da formação do psicólogo em Avaliação Psicológica.

*Palavras-chave:* avaliação psicológica; ensino da psicologia; formação do psicólogo.

## Abstract

The Psychological Assessment is the only area of activity restricted to the psychologist. Given the importance of this area for Psychology, this study purposed to investigate the understanding of Psychological Assessment teachers on issues related to teaching of the area in Psychology courses of Higher Education Institutions of Ceará. Contact was made with the coordinators of the 10 institutions that had Psychology undergraduate courses recognized by the Ministry of Education. Was obtained authorization to carry out research in eight (80%) and was kept contact with 14 teachers. To collect data a questionnaire was used which was answered by the teachers. It was found that 42.85% of the teachers were doctors and 76.90% defined the Psychological Assessment as a scientific and/or knowledge process. All the teachers pointed out the importance of the psychometric qualities of the tests as a minimum requirement for being allowed to use. The research allowed having a partial picture of psychology teaching and psychologist training in Psychological Assessment.

*Keywords:* psychological assessment; psychology teaching; psychologist training.

## Resumen

La evaluación psicológica es la única área de actividad restringida al psicólogo. En vista de su importancia para la Psicología, este trabajo tuvo como objetivo investigar la comprensión de los profesores de Evaluación Psicológica sobre temas relacionados con la enseñanza del área en los cursos de Psicología de las Instituciones de Educación Superior de Ceará (Ceará es una de las comunidades autónomas de la región nordeste de Brasil). Se estableció contacto con los coordinadores de las 10 instituciones con el curso de Psicología reconocido por el Ministerio de Educación. Se obtuvo autorización para realizar la investigación en ocho (80%) y se ha logrado contactar 14 docentes. Para la recolección de datos, se utilizó un cuestionario respondido por los profesores. Se encontró que el 42.85% de los docentes eran doctores y el 76.90% definieron la evaluación psicológica como un proceso científico/de conocimiento. Todos los profesores apuntaron la importancia de las propiedades psicométricas de las pruebas como requisito mínimo para autorizar su utilización. La investigación ha posibilitado tener un panorama parcial de la enseñanza y la formación del psicólogo en Evaluación Psicológica.

*Palabras clave:* Evaluación psicológica; enseñanza de psicología; formación del psicólogo.

De acordo com Yamamoto (2006), no ano de 1953 foram criados no Brasil os primeiros cursos de Psicologia. Entretanto, foi com a Lei N° 4.119 de 1962 que a Psicologia foi regulamentada como profissão (Brasil, 1962). Ao longo da história, essa ciência tem crescido e a sociedade tem reconhecido a importância desse profissional.

Com isso, observa-se que o número de instituições superiores que passaram a oferecer o curso de Psicologia, após a regulamentação da profissão em 1962, foi crescendo substancialmente e, por conseguinte, a quantidade de psicólogos também aumentou. Com o intuito de verificar o número de psicólogos existentes no Brasil, foi feita uma consulta ao site do Conselho Federal de Psicologia (CFP) “A Psicologia brasileira apresentada em números” ([www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/](http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/)). O material estava atualizado até o dia 04 de janeiro de 2016 e observou-se a existência de 269.568 psicólogos.

Não obstante o aumento do número de psicólogos, a formação não era oferecida de forma equitativa entre os estados do Brasil. De acordo com Bock (2010), as instituições de ensino ainda estavam muito concentradas no sudeste e, por volta de 1990, alguns estados do norte e nordeste só tinham um curso de Psicologia.

Cruces (2009) consultou o site da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) em janeiro de 2008 e verificou uma lista das faculdades no Brasil que ofereciam o curso de Psicologia. Essa pesquisa resultou em um levantamento de 356 instituições, distribuídas entre todos os estados e o Distrito Federal. No estado do Ceará quatro instituições ofertavam o curso de Psicologia.

Ao ser feita uma consulta avançada no site do e-MEC em abril de 2015, encontraram-se 636 cursos de graduação de Psicologia (bacharelado e licenciatura) em atividade no Brasil ([emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br)). No mesmo site, fazendo uma consulta interativa para saber quantos cursos de Psicologia existem no Ceará, verificou-se que há 12 instituições e uma dessas oferece o curso em duas cidades.

A mesma consulta no site do e-MEC foi refeita em janeiro de 2016 para saber se o panorama se mantinha ([emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br)). Observou-se uma redução no número de cursos de Psicologia no Brasil para 628, enquanto no Ceará houve um aumento para 19 instituições. Uma dessas apresentava o curso em duas cidades e outra instituição oferecia dois cursos na mesma cidade, totalizando 21 cursos de Psicologia no Ceará.

Ao consultar o site do Conselho Regional de Psicologia – 11ª Região, em maio de 2015, foi constatada a existência de 4.923 psicólogos inscritos no estado do Ceará ([www.crp11.org.br/psicologos-inscritos.php](http://www.crp11.org.br/psicologos-inscritos.php)). Essa mesma consulta foi feita em janeiro de 2016 e o resultado encontrado foi de 5.288 profissionais registrados ([www.crp11.org.br/psicologos-inscritos.asp](http://www.crp11.org.br/psicologos-inscritos.asp)).

Essa quantidade crescente de psicólogos por um lado evidencia a crescente aceitação da Psicologia como ciência e profissão e, por outro lado, exige que sejam adotadas normas específicas à atuação dos profissionais. Assim, com o intuito de garantir que a atuação do Psicólogo seja feita respeitando princípios éticos e científicos, o Conselho Federal de Psicologia tem como função regulamentar as diversas áreas de atuação do psicólogo, incluindo-se a avaliação psicológica.

Quando a profissão do psicólogo foi regulamentada, foi instituído como função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico, b) orientação e seleção profissional, c) orientação psicopedagógica e d) solução de problemas de ajustamento (Brasil, 1962). Esse ponto faz uma referência à prática de Avaliação Psicológica, isto é, essa foi a única área caracterizada como prática exclusiva do profissional de Psicologia.

Dentre os regulamentos, resoluções e decretos emitidos pelo CFP e que estão diretamente associados a essa área, pode-se citar alguns exemplos; a Resolução CFP N° 002/03, que regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, bem como implanta o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI), e a Resolução CFP N° 007/03, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica.

Vale ressaltar que a avaliação psicológica pode ser executada nos diversos contextos nos quais o psicólogo atua, tais como escolar, organizacional, esporte, trânsito, forense, clínico, entre outros. Isto corrobora a afirmação de Noronha e Reppold (2010) de que a avaliação psicológica não está vinculada a um determinado contexto.

Portanto, é reconhecido que a área da Avaliação Psicológica tem suma importância para a ciência psicológica, permitindo compreender o funcionamento psíquico dos indivíduos. Essa importância é refletida nas diversas tentativas de reconhecer os limites da

área e desenvolver melhorias. Noronha, Ziviani, Hutz, Bandeira, Custódio, Alves, Alchieri, Borges, Pasquali, Primi e Domingues (2002) discutiram alguns dos problemas vivenciados na área de Avaliação Psicológica, como o uso inadequado dos instrumentos, instrumentos desatualizados e sem base científica, produção inadequada de laudos psicológicos e o uso técnico dos instrumentos, e também discutiram a relevância do aprimoramento dos instrumentos e da formação do psicólogo em avaliação psicológica, pois consideram que os problemas existentes decorrem basicamente da má formação profissional.

Noronha (2003) buscou caracterizar alguns aspectos dos psicólogos que atuavam como docentes e para isso aplicou um questionário em 75 professores de Psicologia em Instituições de Ensino Superior, especialmente do estado de São Paulo. As perguntas desse estudo buscaram informações quanto à caracterização dos participantes e dados sobre as atividades desenvolvidas pelos psicólogos. Os resultados mostraram que a maioria dos psicólogos (44%) terminou a graduação entre 1975 e 1979; em relação à instituição formadora percebeu-se que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo (USP) formaram 58,8% dos participantes e que 75,9% foram formados em universidades privadas. Além desses dados, notou-se que 38,7% tinham especialização e que além da docência 70,7% dos psicólogos atuavam na clínica. A pesquisadora defendeu que para reformular a formação dos profissionais deve-se passar pela melhoria de cursos de pós-graduação, como especialização, mestrado e doutorado; que a pesquisa deve ser percebida pelos professores como uma prática indispensável e que ao proporem uma prática mais adequada serão minimizadas os erros na realização da avaliação psicológica.

Corroborando essa ideia, Primi (2010) argumentou que a formação profissional é um problema geral e que para o avanço da avaliação psicológica é necessário um ensino qualificadamente crítico para romper preconceitos e falsos dilemas. Portanto, muitos acreditam que a verdadeira mudança em relação à prática da avaliação psicológica só será alcançada com a reformulação de como o ensino está sendo dado.

Um estudo recente, de Mendes, Nakano, Silva e Sampaio (2013, p.432), teve o objetivo de “investigar o conhecimento de estudantes de Psicologia e de profissionais já formados sobre questões relacionadas à temática [avaliação psicológica], através da

investigação do domínio acerca de conceitos essenciais da avaliação psicológica”. O método utilizado foi a aplicação de um questionário com seis questões, que foi respondido em um congresso nacional de Psicologia, por 40 estudantes e 40 profissionais. Os resultados desse estudo foram preocupantes, tendo em vista que muitas foram as dificuldades tanto de profissionais quanto de alunos em definir termos e conhecimentos de avaliação psicológica. Mais uma vez é reforçada a importância de se reformular e investir no ensino da avaliação psicológica para que resultados parecidos com esse não sejam mais encontrados.

Além desse estudo, outras pesquisas tiveram o intuito de investigar a temática do ensino da avaliação psicológica (Noronha & Alchieri, 2004; Paula, Pereira & Nascimento, 2007; Noronha, Castro, Ottati, Barros, & Santana, 2013; Bardagi, Teixeira, Segabinazi, Schelini, & Nascimento, 2015). A quantidade de pesquisas aponta como este tema é importante e tem sido debatido no sentido de buscar melhorias para a área.

Noronha, Carvalho, Miguel, Souza e Santos (2010) defendem que as disciplinas da formação superior referentes a essa área devem apresentar conteúdos, infraestrutura e métodos de ensino adequados e suficientes. Alguns dos conteúdos mencionados pelos autores foram psicometria, ética do uso das técnicas e testes, confecção de laudos e relatórios, entre outros assuntos. Na infraestrutura foi apontada a importância da “testoteca” e laboratórios com um número suficiente de computadores. Ao tratar dos métodos de ensino, alguns dos apontamentos foram treinamento de aplicação de testes e dinâmicas, estudos de caso e elaboração de documentos psicológicos.

Nunes, Muniz, Reppold, Faiad, Bueno e Noronha (2012) criaram algumas diretrizes para o ensino de avaliação psicológica, que foi dividida em quatro partes. Na primeira foram abordadas 27 competências mínimas a serem alcançadas pelos alunos, entre elas, conhecer a legislação pertinente à Avaliação Psicológica, considerar os aspectos éticos na realização de avaliações e fundamentar teoricamente os resultados desse processo. Na parte seguinte foram sugeridos disciplinas e conteúdos programáticos, totalizando cinco disciplinas e um estágio supervisionado. A terceira parte das diretrizes trouxe aspectos sobre a estrutura de ensino, considerando infraestrutura (criação de testotecas, adequação da grade curricular, por exemplo), métodos de ensino (aulas práticas e estudos de caso, entre outros), formação do docente (formação

acadêmica compatível, constante atualização, por exemplo) e outras orientações importantes (os testes devem ser guardados em local específico sob supervisão de um professor, entre outros). Na quarta parte foi apresentada uma lista de 67 referências bibliográficas que podem ser utilizadas nas disciplinas e recomenda três sites. Vale ressaltar que o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) apoiou essas diretrizes promovendo a divulgação deste material.

Pode-se notar que muitas dessas medidas de estruturação da área de Avaliação Psicológica estão concentradas na região sudeste. Alguns motivos podem ser apontados para isso. Gouveia (2009) comenta que a Universidade São Francisco, localizada no Estado de São Paulo, é a única que possui programa de pós-graduação *stricto sensu* em Avaliação Psicológica no Brasil. O próprio IBAP e a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) situam-se no sudeste. Portanto, percebe-se a necessidade de ramificar a área de Avaliação Psicológica para além do sudeste, tendo em vista esses acontecimentos e até a maior incidência de eventos científicos e profissionais com uma formação específica na área que se concentram nessa região do Brasil.

Diante dessa contextualização da área, a presente pesquisa visou verificar como ocorre o ensino de Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia das Instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará. Portanto; espera-se que os resultados e as discussões desta pesquisa sirvam para um aprimoramento do ensino da Avaliação Psicológica.

## MATERIAL E MÉTODOS

### Participantes

No início da pesquisa, em 2015, existiam 12 instituições que disponibilizavam a graduação em 13 cursos de Psicologia, entre elas 3 públicas e 10 particulares. Foi feito o contato com os coordenadores dessas instituições para a realização da pesquisa e obtiveram-se seis anuências institucionais.

Ao todo nove professores de Avaliação Psicológica de cursos de Psicologia de diferentes Instituições de Ensino Superior do estado do Ceará responderam aos questionários. A idade dos profissionais variou entre 24 e 45 anos ( $M=34,22$  anos;  $DP=7,75$ ) e a quantidade de tempo em que estavam formados era entre 2 a 19 anos ( $M=8,88$  anos;  $DP=5,57$ ), o que retratou uma heterogeneidade dos professores.

### Instrumentos

Foi elaborado pelos pesquisadores o “Questionário Sobre as Bases Para o Ensino de Avaliação Psicológica”. O questionário foi organizado em quatro tópicos, sendo eles I – Identificação, II – Formação/Atuação Profissional, III – Aspectos Institucionais e IV – Sobre a Avaliação Psicológica em si. Em todos estes tópicos havia um conjunto de perguntas que deveriam ser respondidas pelos professores.

### Procedimentos

Para que a pesquisa fosse realizada, buscou-se primeiramente a participação das Instituições de Ensino Superior por meio do Termo de Anuência Institucional. Após ter conseguido o consentimento de algumas instituições, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Os procedimentos de coleta de dados da pesquisa foram iniciados após a aprovação, com o CAAE 46528515.7.0000.5534. Para que os dados fossem coletados, entrou-se em contato com os professores do curso de Psicologia das Instituições de Ensino Superior que concordaram em participar da pesquisa e, depois, foi marcado um dia para coletar os dados em cada instituição.

No dia da coleta de dados, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes da pesquisa. Após os mesmos terem concordado em participar, foi aplicado individualmente o Questionário Sobre as Bases Para o Ensino de Avaliação Psicológica com os professores que lecionavam as disciplinas de Avaliação Psicológica.

Posteriormente à realização da coleta de dados, foram feitos os procedimentos de análise de dados. Estas análises foram feitas por meio de um estudo da frequência das respostas dadas nos questionários. As discussões feitas a partir dos dados encontrados aparecem a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 foi elaborada a partir das respostas que os professores deram no tópico sobre Formação/Atuação profissional do Questionário Sobre as Bases Para o Ensino de Avaliação Psicológica. Assim, as respostas dos professores de AP versam sobre seu

Tabela 1  
*Caracterização dos Professores e de sua Formação e Atuação Profissional*

Categoria	Classificação	Sujeitos (N)	%
Sexo	Feminino	7	77,77
	Masculino	2	22,23
Naturalidade	Fortaleza – CE	4	44,45
	Quixadá – CE	1	11,11
	Russas – CE	1	11,11
	Campinas – SP	1	11,11
	João Pessoa – PB	1	11,11
	Maceió – AL	1	11,11
Possui outra graduação	Não	8	88,89
	Sim	1	11,11
Titulação máxima	Graduação	1	11,11
	Especialização	2	22,23
	Mestrado	3	33,33
	Doutorado	3	33,33
Formação em Avaliação Psicológica	Não	7	77,77
	Sim	2	22,23
Prática em Avaliação Psicológica	Sim	7	77,78
	Sim – Estágio	1	11,11
	Sim – Pesquisa	1	11,11
Atuação além da docência	Não	4	44,45
	Sim	3	33,33
	Atualmente não	2	22,22
Associado à instituição da área	Não	6	66,66
	Sim	3	33,34
Participação em eventos da área	Sim	8	88,88
	Não	1	11,12
Leitura de artigos	Constantemente	1	11,11
	Diariamente	4	44,44
	Semanalmente	3	33,34
	Quinzenalmente	1	11,11

Fonte: Elaborada pelo autor.

histórico profissional. Para essa tabela foram consideradas respostas de nove professores que concordaram em participar da pesquisa.

O alto índice de mulheres lecionando (77,77%), conforme visto na Tabela 1, é um fato bem característico da Psicologia, que se caracteriza como uma profissão em que o sexo feminino prevalece, dado este que pode ser confirmado no material produzido pelo Conselho Federal de Psicologia “A Psicologia brasileira

apresentada em números”, bem como vários estudos desenvolvidos envolvendo profissionais ou estudantes de Psicologia (Noronha, 2003; Noronha & Alchieri, 2004; Paula, Pereira, & Nascimento, 2007; Mendes et al., 2013; Noronha et al., 2013; Bardagi et al., 2015). Portanto, se o ensino de Avaliação Psicológica é feito por psicólogos, faz sentido o número de professoras ser mais elevado.

De acordo com a Tabela 1, um (11,11%) dos professores tinha graduação além da Psicologia, sendo esta em Pedagogia. Importante pontuar que um dos profissionais graduado e um especialista já estavam com o mestrado em andamento. Ao tratar da titulação, pôde ser visto que a maioria dos professores tinha como titulação máxima o mestrado (33,33%) ou o doutorado (33,33%). Noronha (2003) mostra que dar continuidade à formação nas pós-graduações parece ser uma prática estabelecida entre os professores, seja por um aprimoramento do conhecimento ou por uma exigência das universidades de ter no quadro docente professores com mestrado ou doutorado. Pode-se observar com isso a importância que tem a pós-graduação no campo do ensino superior.

A naturalidade de seis professores (66,67%) era de cidades do Estado do Ceará. Chama atenção que os três professores (33,33%) que eram de outro estado brasileiro lecionavam em instituições públicas. Somado a isso, estes três últimos professores são os únicos que possuem o doutorado como titulação. Isso pode significar o quanto o acesso para a área de Avaliação Psicológica ainda é recente no estado do Ceará.

Este dado retrata a escassez de programas de pós-graduações no Ceará, sendo que em 2016 havia apenas dois programas, ambos com mestrado e doutorado. Essa deficiência em pós-graduação é intensificada, principalmente, na área de Avaliação Psicológica, pois como afirmam Gouveia (2009) e Primi (2010), a Universidade São Francisco, localizada em São Paulo, é a única que possui um programa de pós-graduação *stricto sensu* com área de concentração em Avaliação Psicológica. Esse dado parece ser confirmado ao verificar que apenas dois professores (22,23%) possuem formação em Avaliação Psicológica, tal como verificado na Tabela 1.

Alguns dados da atuação profissional foram bem interessantes de serem encontrados, pois mostrou que os profissionais estavam atualizados na área. Todos os nove professores apontaram ter prática na área de Avaliação Psicológica e 88,88% dos professores participaram de congressos da área nos últimos cinco anos. Dentre os congressos citados sete mencionaram os organizados pelo IBAP, três o Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica, um os organizados pela ASBRo, um a Jornada Cearense de Avaliação Psicológica, um o Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia da ANPEPP e um o Encontro de Avaliação Psicológica da UECE. Além disso, os professores

mostraram ter uma boa frequência de leituras de artigos da área, predominando uma leitura diária por parte de 44,44% dos docentes (Tabela 1).

Esses dados mostraram que os professores estão seguindo as diretrizes de terem experiência profissional na área e se manterem constantemente atualizados, tal como sugestão do material elaborado por Nunes et al. (2012). Além disso, esses dados corroboraram os dados de uma pesquisa recente feita por Bardagi et al. (2015) sobre o ensino de avaliação psicológica no Brasil, no qual eles apontaram que o perfil do professor que se engaja além da docência pode favorecer o ensino mais consistente e atualizado dos conteúdos.

Na Tabela 1, chamou atenção o fato de seis professores (66,67%) não estarem atuando em algum contexto além da docência. Entende-se que estar atuando em outros contextos reforça o perfil de um profissional atuante na área, embora a carga horária muitas vezes elevada de um professor pode dificultar essa inserção em outros contextos.

Dos professores que apontaram atuar em outros contextos, sobressaiu o trânsito, mas apareceu também o contexto clínico, hospitalar, gestão de pessoas, neuropsicologia e orientação vocacional. Essa multiplicidade de contextos corrobora a ideia de que a avaliação psicológica não está atrelada a um único contexto, como afirmam Noronha e Reppold (2010).

Ainda em relação à atuação profissional, a partir da Tabela 1, notou-se que 66,66% dos professores não eram associados a alguma instituição de Avaliação Psicológica e que três (33,34%) profissionais declararam ser associados ao Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) sendo uma também associada à Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo). Alguns estudos como o de Gouveia (2009), Noronha e Reppold (2010) e Primi (2010) apontam o surgimento das associações, por exemplo, o IBAP e a ASBRo, como importantes para o desenvolvimento da área. Assim, nesta pesquisa foi encontrado um número alto de professores não associados, o que pode mostrar um desconhecimento do que estas instituições podem oferecer para o crescimento para a Avaliação Psicológica.

Na Tabela 2, os dados relacionados aos aspectos institucionais se referiam a como os professores reconheciam os aspectos institucionais relativos ao ensino de Avaliação Psicológica. Como as respostas dos nove professores correspondiam a seis instituições optou-se por considerar as respostas de um professor de cada

Tabela 2  
*Informações Sobre os Aspectos Institucionais dos Professores*

<b>Categoria</b>	<b>Classificação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Desenvolvimento de pesquisa na área	Sim	3	50,00
	Não	2	33,33
	Atualmente não	1	16,67
Distribuição das disciplinas ao longo dos semestres	Dois semestres	2	33,33
	Três semestres	2	33,33
	Quatro semestres	2	33,33
Desenvolvimento de prática nas disciplinas	Sim	6	100,00
	Não	0	00,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

instituição, assegurando que as respostas não fossem duplicadas. O critério adotado quando houve mais de um professor na mesma instituição foi escolher o professor que participou primeiro da pesquisa.

Percebeu-se que 50% dos professores desenvolviam alguma pesquisa na área de Avaliação Psicológica. Uma dessas pesquisas tinha o objetivo de buscar evidências de validade de algumas escalas. Segundo Noronha e Reppold (2010, p. 198), “em sua maioria, os psicólogos brasileiros não têm sido formados para pesquisar ou construir materiais”.

Todos os professores relataram realizar atividades práticas nas disciplinas de Avaliação Psicológica (Tabela 2), sendo que essas disciplinas são distribuídas ao longo de dois ou quatro semestres do curso, a depender das instituições. O resultado desta pesquisa foi superior ao encontrado na pesquisa de Noronha et al. (2013), em que pouco mais de 70% dos professores utilizavam atividades práticas como metodologia de ensino.

Algumas das atividades práticas relatadas pelos professores eram condução de psicodiagnóstico, orientação profissional, administração e interpretação de testes, elaboração de relatórios/laudos, estudos de casos e análise crítica dos instrumentos. Essas atividades também foram relatadas em outros estudos, como o de Noronha et al. (2010), que tinha como objetivo elucidar e refletir sobre questões voltadas à formação em avaliação psicológica, e a pesquisa de Bardagi et al. (2015), que tinha o objetivo de mapear o perfil dos docentes que ensinam avaliação psicológica em cursos de graduação em Psicologia no Brasil.

A Tabela 3, constituída a partir das questões sobre o conhecimento teórico em Avaliação Psicológica, contou com as respostas de oito professores, pois a professora orientadora da pesquisa não respondeu este tópico já que havia auxiliado na elaboração das questões. As respostas dadas muitas vezes traziam mais de uma categoria, por esse motivo os dados das tabelas que se referem a este tópico têm um total diferente.

Tabela 3  
*Conhecimento dos Professores Sobre Avaliação Psicológica*

<i>Categoria</i>	<i>Classificação</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
<i>Conteúdos importantes</i>	Testes psicológicos	6	75,00
	Ética	4	50,00
	Contextos de A.P.	3	37,50
	Parâmetros psicométricos	3	37,50
	Atualizações da área	2	25,00
	Disciplinas associadas	2	25,00
	Elaboração de documentos escritos	2	25,00
	Estatística	1	12,50
	SATEPSI	1	12,50
	Processo científico/de conhecimento	7	87,50
	Investigação/funcionamento psíquico	5	62,50
	Uso de testes/instrumentos	5	62,50
	Processo de avaliação psicológica	3	37,50
	Associado a fenômenos/construtos psicológicos	2	25,00
<i>Definição de A.P.</i>	Associado a outras áreas	1	12,50
	Âmbito de intervenções e pesquisas	1	12,50
	Avaliação cognitiva, emocional e social	1	12,50
	Avaliação no contexto global	1	12,50
	Campo amplo/exclusivo da Psicologia	1	12,50
	Identificação de aspectos normais ou patológicos	1	12,50
	Técnicas válidas e precisas de avaliação	1	12,50
	Testes psicológicos	7	87,50
<i>Métodos para processo de A.P.</i>	Entrevistas	6	75,00
	Observação	5	62,50
	Dinâmica/vivência	3	37,50
	Recursos lúdicos	3	37,50
	Outros	4	50,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Desta maneira, ao tratar sobre os conteúdos importantes para o ensino de AP, pôde ser visto que os docentes apontaram nove conteúdos, mas o que preponderou foram os testes psicológicos (75%). Esse dado corroborou os dados da pesquisa de Noronha et al. (2013), em que as técnicas de avaliação psicológica e os fundamentos teóricos dos testes foram os conteúdos ministrados que mais apareceram. Notou-se com isso que o ensino dos testes psicológicos ainda é um fator primordial em detrimento de outros conteúdos, como,

por exemplo, ética, contextos de Avaliação Psicológica e estatística.

Importante ressaltar que, embora quatro (50%) professores tenham mencionado a relevância de aspectos éticos, chama atenção o fato de os conteúdos sobre elaboração de documentos escritos (25%) e SATEPSI (12,50%) terem sido citados como conteúdos indispensáveis para o ensino de Avaliação Psicológica por poucos professores. Esses assuntos têm suma importância na área e que pode ser comprovada pelo empenho

em criar resoluções que regulamentem a Avaliação Psicológica, como por exemplo, a Resolução CFP N° 007/2003, que instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos pelo psicólogo e a Resolução CFP N° 002/2003, que implantou o SATEPSI.

Na Tabela 3 também puderam ser vistas as definições dadas para Avaliação Psicológica. As definições que mais apareceram foram: processo científico/de conhecimento (87,50%), investigação/funcionamento psíquico (62,50%), uso de testes/instrumentos (62,50%) e processo de avaliação psicológica (37,50%), percebe-se a noção de um processo composto por avaliação de demandas, coleta e interpretação dos dados e encaminhamento. A categoria aplicação de testes foi a segunda mais citada no estudo de Mendes et al. (2013). Nota-se, assim, que o conceito de avaliação psicológica está bem atrelado à categoria dos testes psicológicos.

Neste mesmo sentido, os testes psicológicos (87,50%) foram os mais citados como métodos que um profissional pode utilizar em um processo de avaliação psicológica. Em segundo lugar apareceram as entrevistas (75%) e outros métodos (50%), por exemplo, os exames de imagem da Neuropsicologia, a escuta do profissional, entre outros. Estes resultados foram ao encontro dos achados de Paula, Pereira e Nascimento (2007), em que os alunos apontaram como métodos para serem utilizados em um processo de avaliação psicológica os testes, entrevistas, dinâmicas, anamnese, técnicas lúdicas, entre outros. O estudo de Mendes et al. (2013) obteve como métodos utilizados em um processo de avaliação psicológica os testes, entrevistas, observação, questionários, dinâmicas, ludoterapia, entre outros, com menor expressão, resultados estes que também apresentaram semelhança com o que foi encontrado nesta pesquisa. Necessário pontuar que, apesar de as entrevistas terem sido citadas em segundo lugar, é sabido que existe processo de avaliação psicológica sem o uso dos testes, mas não existe avaliação psicológica sem o uso das entrevistas, sendo essa imprescindível para tal processo como estratégia de conhecimento do sujeito.

Os dados apresentados na Tabela 4 se relacionam ao conhecimento sobre Psicometria. As respostas dadas pelos professores, para qual a função do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) foram base, foram divididas em três categorias. Assim, foi percebido que 37,50% dos professores associaram ao SATEPSI a função de informar sobre os testes e/ou normativas, relatando *“informar ao profissional da área sobre*

*suas atribuições e dos testes que estão no mercado”*; 37,50% informaram que estava relacionada a manter/zelar a qualidade dos testes psicológicos, tal como *“manter/zelar para que os testes e instrumentos psicológicos atendam integralmente a validade, fidedignidade e precisão”*, sem deixar claro se isso se relacionava a fazer as pesquisas ou a analisar os estudos dos testes que eram submetidos à análise do SATEPSI, e 25% mencionaram algo como *“fiscalizar e normatizar o uso dos testes”*, sugerindo não conhecer a função do SATEPSI.

O SATEPSI é uma ferramenta criada pelo Conselho Federal de Psicologia para informar sobre os testes psicológicos. A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) é uma comissão formada por psicólogos doutores com ampla experiência em Avaliação Psicológica, que tem como uma de suas funções conduzir o processo de avaliação dos instrumentos submetidos ao SATEPSI. Portanto, a certificação dos estudos é responsabilidade da CCAP e o SATEPSI é o sistema que divulga e atualiza os pareceres sobre os instrumentos. O uso dos instrumentos é responsabilidade do profissional e este deve estar atento ao uso adequado que deve ser feito dos testes.

O desconhecimento por parte dos professores sobre o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos também foi encontrado no estudo de Mendes et al. (2013). Esse dado é preocupante, pois se os próprios professores não têm clareza da função do SATEPSI, ficará difícil proporcionar aos alunos uma visão crítica sobre a importância e função desse sistema.

As respostas dadas pelos docentes sobre quais eram os requisitos mínimos para um teste estar autorizado ao uso pode ser visto na Tabela 4. Todos os professores apontaram a importância das qualidades psicométricas dos testes e outros dois aspectos foram considerados pertinentes, sendo a importância da fundamentação teórica (25%) e seguir as resoluções (25%). Além disso, na categoria outros (50%) constaram informações como ter uma pesquisa clara, apresentar manual, o teste possuir relevância temática e poder ser aplicado, corrigido e interpretado. Um exemplo de resposta foi *“ter estudos amplos acerca das suas qualidades psicométricas”*.

Esses requisitos coincidiram com os apresentados no estudo de Mendes et al. (2013), sendo eles validade e precisão. Constatou-se com isso que os professores das Instituições de Ensino Superior do Ceará reconhecem

Tabela 4  
*Conhecimento dos Professores Sobre Psicometria*

<b>Categoria</b>	<b>Classificação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Função do SATEPSI	Informar sobre testes e/ou normativas	3	37,50
	Manter/zelar a qualidade dos testes psicológicos	3	37,50
	Fiscalizar o uso dos testes	2	25,00
Requisitos mínimos para teste ser autorizado	Qualidades psicométricas	8	100,00
	Fundamentação teórica	2	25,00
	Seguir resoluções	2	25,00
	Outros	4	50,00
Validade	Medir o que se propõe	8	100,00
	Conseguido por várias formas	3	37,50
	Correspondência entre teoria e operacionalização	2	25,00
	Aferir exatamente o construto	1	12,50
	Boa escolha da amostra	1	12,50
	Conteúdo condizente com o que é proposto	1	12,50
	Conteúdo cumpre critério de representação do construto	1	12,50
Fidedignidade	Medir construto com menor margem de erro	5	62,50
	Conseguido por várias formas	3	37,50
	Manter os resultados	2	25,00
	Qualidade do teste/quão bem um teste mede	2	25,00
	Aferir de forma correta	1	12,50
	Assegurar mesmo contexto/ condições de aplicação	1	12,50
	Avaliar de forma precisa	1	12,50
	Fiel à realidade	1	12,50
Se avalia bem o construto	1	12,50	

Fonte: Elaborada pelo autor.

a importância das qualidades psicométricas dos testes para o seu respectivo uso, tendo em vista que no passado essas técnicas eram usadas sem o devido cuidado.

Ao responder sobre a definição para o conceito de validade (Tabela 4), 100% das respostas envolviam a ideia de “medir o que se propõe”, sendo que em várias respostas o conceito de validade foi adequadamente definido. Uma dessas respostas dada para validade foi

*A capacidade que um teste tem de medir o que se propõe a medir. Quando seu conteúdo cumpre o critério de representação do construto. Pode ser avaliada por distintas formas como validade de construto, conteúdo, critério, convergente, discriminante. Todas asseguram que o teste está medindo o construto que se propôs a medir.*

Nota-se, assim, que o respondente se preocupou em informar que a validade pode ser conseguida por

várias formas. Essa preocupação apareceu em 37,50%. Além disso, 25% das respostas envolvia a correspondência entre teoria e operacionalização indicando que validade é a “{...} característica de um teste que se vale dos seus objetivos iniciais e em sua representação comportamental se mostra condizente com o traço latente (construto) {...}”.

A Tabela 4 apresentou também as respostas em categorias para as definições do conceito de fidedignidade. Fidedignidade apareceu como “medir construto com menor margem de erro” em 62,50% das definições. Os docentes em sua maioria definiram corretamente fidedignidade e trouxeram a ideia de que esta é conseguida por várias formas (37,50%). Nesta categoria foram lembradas as provas de teste-reteste, duas metades/split-half, formas paralelas, alfa de Cronbach e precisão/consistência interna. Uma das definições para fidedignidade foi

*Também chamado de precisão ou consistência interna, refere-se ao parâmetro que visa identificar o quão bem um teste mede. Em outras palavras, configura-se como medir com a menor margem de erro possível. Na literatura, podemos encontrar referências a diferentes tipos de precisão, como é o caso da precisão teste-reteste; Split-half e alfa de Cronbach.*

Um dos docentes da pesquisa preferiu responder a definição de validade e de fidedignidade em uma mesma resposta. O conceito de validade foi definido corretamente; entretanto, ao explicar o conceito de fidedignidade, o mesmo ficou confuso e acabou por definir como um sinônimo “*ser fiel à realidade*”.

Esse conjunto de resultados evidencia que os professores que se prontificaram a responder o questionário possuem compreensão adequada de conceitos-chaves da área. Esse dado é relevante na medida em que a partir do momento que esses professores compreendem a importância desses conceitos, eles podem repassar essas informações aos futuros psicólogos. Os dados obtidos evidenciam que o Ceará pode ter um percurso promissor no enfrentamento de algumas problemáticas da área apontadas por Noronha et al. (2002). Há, no entanto, que se ficar atento ao aumento vertiginoso no número de IES do Ceará ofertando o curso de Psicologia, já que o panorama atual difere dos dados relatos por Bock (2010) e que os quatro cursos existentes em 2008 (Cruces, 2009) aumentaram para 21 em 2016 (emec.mec.gov.br).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas e discussões envolvendo a formação em Avaliação Psicológica acontecem há muito tempo, tendo como sujeitos pesquisados os alunos e/ou os professores. Deste modo, a presente pesquisa contribui para a compreensão de como tem sido o ensino da área no contexto cearense, que está passando por um período de expansão no número de cursos ofertados.

Os resultados obtidos sugerem que os professores que participaram desta pesquisa buscam se atualizar e difundir os conhecimentos da área conforme as orientações promovidas pelas associações da área. Destaca-se, no entanto, que houve a participação de um número pequeno de IES e de professores que aderiram a esta pesquisa, impedindo que as informações coletadas possam ser generalizadas, tal como se pretendia inicialmente neste estudo. Logo, algumas sugestões podem ser feitas para estudos futuros.

Ampliar a amostra desse estudo é fundamental para que se possa ter uma visão mais completa da realidade atual do ensino de Avaliação Psicológicas nas IES do Ceará, além de fazer uma análise mais qualitativa dos resultados encontrados nesta pesquisa. Outra sugestão é que esse tipo de estudo possa ser perpetrado em outros estados do Brasil para que possamos conhecer o panorama do ensino de AP em diversas localidades.

As respostas fornecidas nesta pesquisa foram animadoras, evidenciando que há pessoas sérias e comprometidas com o ensino de Avaliação Psicológica no Ceará. Os professores demonstraram reconhecer a importância das pesquisas para o aprimoramento e crescimento da área; ainda assim pôde-se notar o quanto essas são escassas. Talvez a pouca quantidade de pesquisas esteja relacionada com a pequena quantidade de professores doutores ou mesmo o fato de no Ceará existir poucos programas de pós-graduação. Reforça-se assim que este é um panorama que deve ser mais estimulado em prol da área.

Concluindo, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a comunidade científica na busca do aprimoramento do ensino de Avaliação Psicológica. Conhecer o perfil das instituições que oferecem o curso de Psicologia e o perfil dos professores formadores é um passo para essa caminhada que tem mostrado avanços. Melhorar a formação hoje significa ter melhores profissionais para servir a sociedade amanhã.

## REFERÊNCIAS

- Bardagi, M. P., Teixeira, M. A. P., Segabinazi, J. D., Schelini, P. W., & Nascimento, E. do. (2015). Ensino da avaliação psicológica no Brasil: levantamento com docentes de diferentes regiões. *Avaliação Psicológica*, 14 (2), 253-260.
- Bock, A. M. B., & Ades, C. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 30 (num. esp.), 246-271.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Resolução CFP nº 002/2003*. Brasília, DF.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Resolução CFP nº 007/2003*. Brasília, DF.
- Conselho Federal de Psicologia (2016). *A Psicologia brasileira apresentada em números*. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

- Conselho Regional de Psicologia – CRP 11 (2015). *Psicólogos inscritos*. Disponível em: <<http://www.crp11.org.br/psicologos-inscritos.asp>>. Acesso em: 12 mai. 2015.
- Conselho Regional de Psicologia – CRP 11 (2016). *Psicólogos inscritos*. Disponível em: <<http://www.crp11.org.br/psicologos-inscritos.asp>>. Acesso em: 09 jan. 2016.
- Cruces, A. V. V. (2009). Desafios e perspectivas para a psicologia escolar com a implantação das diretrizes curriculares. In: A. M. Marinho-Araujo (Eds), *Psicologia Escolar – Novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática* (pp. 15-34). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Gouveia, V. V. (2009). A Avaliação Psicológica no Brasil: Caminhos, Desafios e Possibilidades. *Psicologia Em foco*, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, 2 (1), 110-119.
- Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Mendes, L. S., Nakano, T. de C., Silva, I. B., & Sampaio, M. H. de L. (2013). Conceitos de Avaliação Psicológica: Conhecimento de Estudantes e Profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 33 (2), 428-445.
- Ministério da Educação. (2015). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2015.
- Ministério da Educação. (2016). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 09 jan. 2016.
- Noronha, A. P. P. (2003). Docentes de Psicologia: formação profissional. *Estudos de Psicologia*, 8 (1), 169-173.
- Noronha, A. P. P., & Alchieri, J. C. (2004). Conhecimento em avaliação psicológica. *Rev. Estudos de Psicologia*, 21 (1), 43-52.
- Noronha, A. P. P., Carvalho, L. F. de, Miguel, F. K., Souza, M. S. de & Santos, M. A. dos. (2010). Sobre o Ensino de Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*, São Paulo, 9 (1), 139-146.
- Noronha, A. P. P., Castro, N. R. de, Ottati, F., Barros, M. V. de C., & Santana, P. R. (2013). Conteúdos e metodologias de ensino de avaliação psicológica: um estudo com professores. *Paidéia*, 23 (54), 129-139.
- Noronha, A. P. P., & Reppold, C. T. (2010). Considerações Sobre a Avaliação Psicológica no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 30 (num. esp.), 192-201.
- Noronha, A. P. P., Ziviani, C., Hutz, C. S., Bandeira, D., Custódio, E. M., Alves, I. B., Alchieri, J. C., Borges, L. de O., Pasquali, L., Primi, R., & Domingues, S. F. (2002). Em defesa da Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*, São Paulo, 1 (2), 173-174.
- Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad, C., Bueno, J. M. H., & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, São Paulo, 11 (2), 309-316.
- Paula, A. V. de, Pereira, A. S., & Nascimento, E. do. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *Psico-USF*, 12 (1), 33-43.
- Primi, R. (2010). Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual e Direções para o Futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 26 (num. esp.), 25-35.
- Yamamoto, O. H. (2006). Graduação e Pós-Graduação em Psicologia: relações possíveis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, 3 (6), 270-281.

*Lucila Moraes Cardoso*

*Gabriel Vitor Acioly Gomes*

Laboratório de Estudos e Práticas em  
Avaliação Psicológica da Universidade  
Estadual do Ceará – LEAPSI/UECE.

E-mail: lucila.cardoso@uece.br